



## CONGRESSO

# CCJ vota projeto para anistiar golpistas

A proposta também é vista pelo PL, partido de Bolsonaro, como um caminho para livrar o ex-presidente da inelegibilidade

» LUANA PATRIOLINO

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara deve votar, hoje, o projeto que anistia os envolvidos nos atos golpistas de 8 janeiro de 2023 que culminaram na depredação dos prédios dos Três Poderes. A proposta, que teve parecer favorável do relator Rodrigo Valadares (União-SE), abrange, inclusive, as pessoas que fizeram doações, forneceram apoio logístico ou publicaram mensagens nas redes sociais dos golpistas.

O projeto é visto pelo PL como o caminho para reverter a inelegibilidade do ex-presidente **Jair Bolsonaro**. O presidente da legenda, Valdemar Costa Neto, admitiu, em meados deste mês, que vai lutar para incluir o ex-chefe do Executivo na proposta. Ele argumentou que o caminho legislativo é mais “fácil” do que tentar uma decisão favorável na Justiça Eleitoral. “(O projeto de lei) não trata do assunto do Bolsonaro. Vamos ter de fazer isso no andar da carruagem”, frisou, na ocasião.

Ontem, Costa Neto afirmou que vai se reunir com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para discutir o projeto. E contou que pedirá ao parlamentar para conversar com o STF, na tentativa de reduzir as penas dos golpistas. “Temos que trabalhar com o projeto de anistia, que está na CCJ. Tenho uma reunião com o Arthur para falar sobre isso, porque precisa ser dentro da lei. Precisamos disso. Mas precisamos saber qual a maneira”, destacou, em entrevista à GloboNews.

A proposta em tramitação também derruba todas as medidas de restrição de direitos impostas aos golpistas, como prisão, uso de tornozeleira eletrônica e limitações ao uso de meios de comunicação, plataformas digitais e redes sociais deles.

No parecer, Valadares argumenta que as condenações são injustas, pois, segundo ele, não houve tentativa de golpe em 8 de janeiro “devido à falta de liderança e à ausência de apoio militar”. Também diz que os extremistas “não souberam naquele momento expressar seu anseio”.

Os ataques provocaram prejuízos de mais de R\$ 23 milhões, de acordo com as instituições

### Abuso de poder político

Bolsonaro está inelegível por oito anos. Em 2023, ele foi condenado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por abuso de poder político na corrida eleitoral de 2022. Em julho daquele ano, o então presidente fez uma reunião com embaixadores na qual colocou em dúvida a lisura do processo eleitoral, sem apresentar provas.

afetadas. A maior destruição ocorreu no Supremo Tribunal Federal (STF), que teve gasto de R\$ 12 milhões na reparação dos danos materiais.

Os envolvidos foram acusados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) de omissão; abolição violenta do Estado Democrático de Direito; golpe de Estado; dano qualificado pela violência e grave ameaça, com emprego de substância inflamável contra o patrimônio da união e com considerável prejuízo para a vítima; e deterioração de patrimônio tombado.

### Provas robustas

A deputada federal Erika Kokay (PT-DF), suplente da CCJ, frisou que o Congresso não pode permitir a impunidade para os acusados e destacou haver provas robustas para manter as condenações.

“O Brasil inteiro viu que diversos crimes foram cometidos, desde os acampamentos em que pediam intervenção militar até a depredação das sedes dos Três Poderes”, afirmou ao **Correio**. “Para tentar livrar Bolsonaro, a extrema-direita admite anistiar até mesmo quem colocou bombas nas proximidades do aeroporto para realizar um ato terrorista.”

Na sessão de leitura do parecer no colegiado, no início do mês, o deputado Chico Alencar (PSol-RJ) ressaltou que houve uma “trama golpista” contra o Estado de Direito. “A dosimetria das penas pode ser contestada, mas não é disso que se trata aqui. Aqui se quer apagar, fingir que não aconteceu uma trama articulada, inclusive com figurões da política, para impedir a fruição da democracia”, criticou.

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, comandada pela deputada Caroline de Toni (PL-SC), é dominada por parlamentares bolsonaristas

## Emendas parlamentares em debate

O Congresso também discute, nesta semana, o projeto de lei complementar que trata sobre transparência e rastreabilidade de emendas parlamentares. As lideranças da Câmara e do Senado se reúnem para acertar os detalhes de como cumprir as exigências determinadas pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu os repasses.

O projeto foi apresentado pelo senador Ângelo Coronel (PSD-BA), relator do Orçamento de 2025. Segundo ele, o texto atende às demandas dos Três Poderes.

“Atendemos ao Congresso, que está na expectativa de esse projeto ser normatizado. E, na qualidade de relator-geral do Orçamento, não poderia esperar mais. Esse projeto não é de minha autoria. É de autoria de todo o Congresso, em uma parceria com o Executivo e atendendo também ao Judiciário”, destacou ao **Correio**.

A previsão é finalizar as votações até, no máximo, a primeira quinzena de novembro. “O PLP que apresentamos visa aprimorar a transparência, a rastreabilidade das emendas impositivas, das emendas de comissão, das emendas de bancada, atendendo, assim, à solicitação do ministro Flávio Dino, do STF”, ressaltou. “E também parte do Poder Executivo, que solicitou que colocássemos nesse projeto a correção dessas emendas anualmente pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e pelo arcabouço fiscal”, reiterou o relator.

Na semana passada, os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o advogado-geral da União, Jorge Messias, se reuniram no STF com o presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, e com Dino para discutir o projeto. (LP)

### Saiba mais

O projeto de lei complementar prevê mecanismos de controle mais rígidos para as chamadas emendas Pix. Pelo texto apresentado pelo senador Angelo Coronel, essa modalidade de pagamento (formalmente chamada de “transferência especial”) deverá priorizar obras inacabadas.

Além disso, os parlamentares que forem autores de emendas Pix terão de informar o objeto junto do valor da transferência. Atualmente, não existe esse tipo de obrigação. Os deputados e senadores podem destinar uma quantidade de recursos que vai direto ao caixa das prefeituras e dos governos estaduais, sem nenhum controle sobre como o gestor público local gastará esse dinheiro.

## Reforma tributária na pauta do plenário

Mário Agra/Câmara dos Deputados



Lira convocou sessão para a votação do Projeto de Lei Complementar

» MARIA BEATRIZ GIUSTI\*

Um dos projetos que voltará à pauta do Congresso — depois da pausa por conta das eleições municipais — será o da reforma tributária. O texto deve ser votado, hoje, no plenário da Câmara. Já no Senado, três audiências públicas ocorrerão nesta semana para tratar das regras de unificação dos tributos.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), convocou uma sessão plenária para a votação do segundo Projeto de Lei Complementar (PLP), o PLP 108/2024, que cria o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviço (CG-IBS).

Em agosto, a Câmara aprovou o texto-base do PLP 108, mas ainda existem destaques pendentes, que só poderão ser

liberados para aprovação no Senado quando a votação na Câmara for finalizada.

A princípio, Lira afirmou que apenas pautaria o PLP 108 quando o Senado votasse o outro projeto de lei complementar, o PLP 68/2024, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS).

### Substituição

Aprovado pela Câmara em julho, o PLP 68 cria o IBS, que substituirá o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e o Imposto Sobre Serviços (ISS). O novo imposto será administrado pelo Comitê Gestor do IBS.

Além disso, o PLP 68 trata dos principais pontos da reforma tributária, como regras para imóveis, medicamentos e alimentos.

Na semana passada, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou um plano de trabalho para o PLP 68. De acordo com o relator, senador Eduardo Braga (MDB-AM), a partir de hoje até 14 de novembro serão realizadas 11 audiências públicas e duas sessões temáticas a respeito do assunto.

Ontem, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse ser “possível que o Senado altere o projeto de regulamentação da reforma tributária”.

Depois de se reunir com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio da Alvorada, Padilha

destacou que a proposta é prioridade para o governo e deve ser votada até o fim de novembro.

O impasse central para o Senado em relação ao PLP 68 diz respeito à alíquota geral calculada a partir da lista de exceções que foram determinadas pela Câmara.

A alíquota inicial deveria ter como teto 26,5%, mas com a inclusão das carnes como alimentos isentos de impostos, além de outras mudanças feitas pelos deputados, o percentual da alíquota subiu para 28%. Se confirmada, o Brasil seria colocado no topo da lista de países com o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) mais alto do mundo.

\*Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa